

# MODELOS E ANTIMODELOS CLÁSSICOS E BÍBLICOS APRESENTADOS AO JOVEM REI D. AFONSO V PELA EMBAIXADA DA BORGONHA (1449)

MANUEL F. RAMOS

*Universidade do Porto*

1. O INÍCIO DO REINADO DE D. AFONSO V ficou marcado pela ímpia luta com D. Pedro, duque de Coimbra, seu tio e sogro, pai por afinidade, nos campos de Alfarrobeira. Seguindo o antiquíssimo preceito, já verificado na cultura helénica,<sup>1</sup> de que quem é traidor à pátria não é digno da sepultura, os vencedores, contando com a permissão do rei, puniram D. Pedro com a interdição da sepultura, profanação do cadáver e confiscação dos bens; seus filhos, primos e cunhados do rei, foram excluídos da herança paterna, e os partidários de D. Pedro foram punidos com o confisco dos bens. Este procedimento cruel dos vencedores (a facção hostil à regência de D. Pedro, que contava com o duque de Bragança e o conde de Ourém como figuras dominantes), a falta de generosidade do rei (que, com dezassete anos, tinha idade para compreender o valor da união e respeito familiar) causou forte indignação nacional e nos reinos estrangeiros.

Os duques da Borgonha, mormente a duquesa Isabel de Portugal, irmã de D. Pedro e consorciada com Filipe o Bom, tentaram inverter a orientação política para com os vencidos de Alfarrobeira, especialmente levar o rei a conceder sepultura honrosa ao tio no mosteiro da Batalha, devolver aos primos a herança paterna e reabilitar os partidários do ex-regente. Para o efeito enviaram um dos melhores embaixadores, Jean Jouffroy, eclesiástico beneditino, jurista, conselheiro dos duques e deão de Vergy.

A 6 de Dezembro de 1449, em Évora, onde se encontrava reunida a corte portuguesa, a embaixada borguinhã foi recebida em audiência. Mas o momento não é favorável ao êxito da sua missão, pois o rei e cortesãos estão deveras indignados com a conduta de D. Pedro durante a regência e, principalmente, com o facto de ter iniciado a guerra contra o rei. A proximidade temporal dos factos (o desenlace em Alfarrobeira é de facto muito recente) torna ainda mais difícil a sua missão. É perante este auditório hostil que o embaixador apresentou na primeira *oratio* a petição dos duques. Ele tem consciência da dificuldade e, como pretende representar dignamente os seus senhores, vai enriquecer a sua oração com artifícios literários característicos da retórica medieval e clássica e revelar a sua cultura de gosto literário clássico, de modo a impressionar o rei e seus cortesãos. Desta forma, de entre os vários tipos de argumentos, destaca-se — e é isso que agora importa referir — o argumento pelo modelo e antimodelo. Se o rei quiser caminhar com segurança na *dignitas* régia e arrebatrar grande louvor futuro, diz-lhe o orador, deverá imitar os primeiros e evitar a conduta dos segundos.

---

<sup>1</sup> Em Atenas foi sancionado por lei que os sacrílegos e traidores, se condenados, não deveriam ser sepultados na Ática. No geral, na Grécia, estavam excluídos da sepultura em solo pátrio aqueles que tinham violado os mandamentos primários: ter pecado contra os deuses, contra os pais e contra a pátria; os ímpios, parricidas e traidores.

2. O MODELO COMO ARGUMENTO. Quando na *argumentatio* de um discurso forem apresentadas personagens que são modelos de comportamento ou de virtude destinadas à conduta de vida e imitação dos ouvintes, temos o argumento pelo modelo, cuja contrapartida negativa é o antimodelo. E tão persuasivo pode ser a apresentação de modelos a imitar como a de antimodelos a rejeitar. «Se a referência a um modelo possibilita promover certas condutas, a referência a um contraste, a um antimodelo, permite afastar-se delas».<sup>2</sup> Mas nem todas as pessoas ou actos servem de modelo. Para servirem de modelo é preciso que as figuras históricas ou mitológicas sejam exemplares, tenham valor, reconhecimento, admiração e prestígio que valorize os seus actos; caso contrário não produzem o efeito desejado, não impelem à acção, não são exemplares, não têm valor retórico.

A apresentação deste tipo de prova pelo *orator* da Borgonha: modelos ou exemplos virtuosos a seguir para a conduta de vida, remonta à Antiguidade.<sup>3</sup> Na linguagem técnica medieval, designa igualmente uma função retórica e um tipo particular de narrativa. Neste último caso, trata-se de um dos meios de persuasão que usam com grande prazer os pregadores e os autores de obras morais.<sup>4</sup> Tão comum quanto esta modalidade de exemplo é, na Idade Média e no discurso do embaixador, o *exemplum* retórico, igualmente herdado da Antiguidade. Consiste em citar um facto ou um dito do passado (especialmente da história ou literatura antiga) mencionando explicitamente o seu autor. Está presente nos tratados de retórica romana de Cícero (*De inventione*, I 30,49), da *Rhetorica ad Herennium* (IV 49,62) de autor anónimo (mas que na Idade Média era atribuída a Cícero) e da *Institutio oratoria* de Quintiliano (5,11,1; 5,11,5-7; 9,1,31), onde é qualificado com o nome *exemplum* e incluído no limite das provas artificiais (*artificiales*) da *argumentatio*.<sup>5</sup> Na Idade Média, este tipo de exemplo retórico pode também ser encontrado nas artes poéticas (*Artes Poetriae*), que são também artes retóricas, de Geoffroi de Vinsauf (*Poetria Nova*),<sup>6</sup> João de Garlandia (*Poetria*)<sup>7</sup> e Everardo, o Alemão (*Laborintus*),<sup>8</sup> onde é uma figura (de pensamento) do *ornatus facilis* e assume a forma de *dictum* ou *factum*: “*Exemplum est dictum uel factum alicuius autenticae personae dignum imitatione*” (O exemplo é um dito ou facto de alguma autêntica pessoa digno de imitação).

Quando a apresentação de modelos ou exemplos é a única ou principal prova de que o orador dispõe para persuadir, como é o caso, é precisa a inclusão na argumentação do discurso de um amplo conjunto de casos, para se obterem generalidades e serem eficazes. Isso é devido ao facto de este tipo de prova só ter força por acumulação<sup>9</sup>, o que tanto é

<sup>2</sup> Perelman, C. & L. Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação. A nova retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2000, p. 417.

<sup>3</sup> São figuras dignas de imitação p. ex. os deuses, semideuses e heróis.

<sup>4</sup> São figuras dignas de imitação os santos. Cristo era o Ser perfeito como modelo.

Esta modalidade subsiste na Nova Retórica como o nome de modelo, cuja contrapartida negativa é o antimodelo, já que implica conduta e imitação (Vd. Perelman, C. & L. Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação. A nova retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2000, pp. 413-423).

<sup>5</sup> Vd. Lausberg, Heinrich, *Manual de retórica literaria. Fundamentos de una ciencia de la literatura*, Madrid, Editorial Gredos, 1994, 1 vol. §§ 410-426; Martin, Josef, *Antike Rhetorik. Technik und methode*, Munique, 1974, p. 119 e ss.

<sup>6</sup> Rodrigues, Manuel dos Santos, *Poetria Nova de Geoffroi de Vinsauf*, Lisboa, INIC, 1990, pp. 157, 161.

<sup>7</sup> Faral, Edmond, *Les arts poétiques du XII. e et du XIII. e siècle*, Paris, Champion, 1971, p. 54.

<sup>8</sup> Idem, pp. 54, 356.

<sup>9</sup> Quintiliano 4,2,82.

válido para o *exemplum* como para as *auctoritates*, outro argumento e componente do texto retórico. São de duas classes: ou baseados em acontecimentos históricos (modelo histórico), tirados da historiografia e Bíblia: como Júlio César, Pompeio, Alexandre Magno, Lúcio Paulo, Marco Marcelo, Cipião Africano, Aníbal, David e Saul (como antimodelo), Moisés, José, Tobias; ou baseados em acontecimentos fictícios, mas verosímeis (modelo poético), tirados da literatura e mitologia, como: Hércules virtuoso e Hércules vicioso (como antimodelo), Ulisses e Circe (como antimodelo). As comparações fictícias são mais fáceis de apresentar, mas têm menor eficácia quanto à credibilidade; e as comparações históricas fornecem um maior grau de credibilidade e costumam ser mais persuasivas, não só por serem reais, mas também pela importância que conseguiram na historiografia.

O argumento pelo modelo ou pelo *exemplum*, tal como o argumento de autoridade (e ao contrário das *similitudines*, outra componente do texto retórico),<sup>10</sup> exige da parte dos ouvintes formação, pressupõe conhecimentos históricos e literários para compreenderem o seu alcance. De facto, os modelos e antimodelos apresentados não podem ser desconhecidos dos ouvintes, caso contrário perdem a sua eficácia retórica. Este aspecto remete-nos para a necessidade de o orador adaptar a argumentação aos ouvintes.

3. ADAPTAÇÃO À CULTURA DOS OUVINTES. A adaptação do discurso à formação dos ouvintes (pois toda a argumentação se desenvolve, consciente ou inconscientemente, em função de um auditório) não pode ser descurada pelo orador, se quiser persuadir — e toda a eloquência tem como escopo a persuasão. A importância desta adaptação é aspecto essencial no texto retórico, que remonta pelo menos a Aristóteles e vê o seu papel reforçado com a Nova Retórica.

No presente caso, o auditório é composto em primeiro lugar pelo jovem rei, em segundo lugar pelos elementos do seu conselho. Mas é sobretudo o rei, cume da realeza, que o orador pretende demover. Desta forma, as figuras apresentadas têm de ser conhecidas do rei, jovem de dezassete anos. E é o caso: os modelos apresentados são figuras prestigiadas da Antiguidade e personagens bíblicas, que eram bem conhecidas do auditório e possuíam um elevado valor retórico. No séc. XV eram do conhecimento de todo o jovem escolarizado e muito mais do rei, que recebeu uma educação esmerada, com predilecção pelos elementos italianos, pois entre os seus preceptores contam-se (além do tio D. Pedro, considerado um dos príncipes mais cultos da época) os italianos Estevão de Nápoles e Mateus Pisano (1385-1466?), poeta laureado, que viria a ser também seu secretário.<sup>11</sup> Outro professor seu foi o teólogo Frei Gil, também seu confessor. Mais tarde chegaria Justo Baldino, que seria encarregado de cantar em Latim a gesta lusa.<sup>12</sup>

Para a instrução do rei, D. Pedro encomendou a Vasco Fernandes de Lucena a tradução de dois tratados pedagógicos, filiados num género literário próspero na Idade Média, os *Specula regum*: foi o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* (*Acerca dos*

<sup>10</sup> O símile (*similitudo*) não precisa nem exige nenhum grau especial de formação, pois a similitude pertence ao domínio da natureza e da vida humana em geral.

<sup>11</sup> É o autor de uma crónica sobre a conquista de Ceuta: o *De Bello Septensi* (1460), que se inseria no projecto de divulgação europeia das crónicas portuguesas. Foi publicada em 1790 pela Academia Real das Ciências, que iniciou com ela a sua colecção de Inéditos de História Portuguesa.

<sup>12</sup> Viterbo, F.M.Sousa, “A cultura intellectual de D. Affonso V”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. 2, 1904, pp. 254-268.

*costumes virtuosos e artes liberais da juventude*)<sup>13</sup> de Pier Paolo Vergerio (1370-1444), infelizmente desaparecido, excepto o prólogo da tradução,<sup>14</sup> para que “Por que em ele podesse conservar as boas ensinaças que pertencem à sua idade”<sup>15</sup> e o *Panegyricus Trajano Augusto*, de Plínio, o Jovem (igualmente desaparecido, excepto o prólogo ou carta de encomenda).<sup>16</sup> O próprio Vasco Fernandes de Lucena escreveu para instrução do jovem D. Afonso V um *Tratado das virtudes que ao Rey pertencem*, mas apenas se conservou o prólogo ou dedicatória.<sup>17</sup>

Porém, apesar de ter recebido uma educação esmerada, D. Afonso V não foi capaz de evitar as influências nefastas e ambições dos seus conselheiros que o conduziram a Alfarrobeira.

194

4. MODELOS E ANTIMODELOS APRESENTADOS. A selecção destes modelos por parte do orador depende do *aptum* (da *utilitas* da causa), especialmente a adaptação aos ouvintes e à situação concreta. Assim, o orador, como pretende tornar o rei manso e clemente para com os parentes e levá-lo a perdoar a D. Pedro o alegado crime de traição e lesa-majestade e não privar seus filhos da herança paterna, seleccionou modelos convenientes para a situação do discurso: são muitas figuras proeminentes (também se convence pela acumulação de muitas exemplos) e bem conhecidas da história da antiguidade (literatura, mitologia e Bíblia), de elevado valor retórico e pedagógico, mas também detentores das virtudes régias da clemência<sup>18</sup>, da temperança<sup>19</sup>, da misericórdia e piedade familiar (*pietas erga parentes*, fundamento de todas as virtudes), e da mansidão dos reis. Sobretudo da clemência, a virtude que distingue o rei do tirano e pela qual, só por si, se imita a Deus; e da temperança, que corresponde à virtude grega da *sôfrosúnê*, especialmente esperada num governante.

4.1. O orador, seguindo os preceitos da retórica clássica que aconselha, na *dispositio* dos argumentos, começar e terminar com os mais fortes, apresenta como primeiros modelos o semideus Hércules e o herói Ulisses, tirados da mitologia, literatura e historiografia peninsular (é o modelo poético, mas verosímil) e estão ligados ao passado do reino e à fundação da cidade de Lisboa. Diz o orador:

Hércules, o que junto ao Oceano construiu Gades,<sup>20</sup> esteve no teu reino. Diz-se também que o herói, a quem Agamémnon, rei de reis, chama na epopeia de Homero sábio e o que põe termo a batalhas, Ulisses, fundou a cidade de Lisboa, capital do reino de Portugal. O primeiro lançou no teu reino as sementes da valentia e da magnanimidade; o segundo deixou impressas as pegadas da prudência e da mansidão que tu deves seguir.<sup>21</sup>

<sup>13</sup> Escrito entre 1400 e 1402, nele se oferecia aos jovens de família principesca um plano de educação compreendendo as artes liberais, a cultura moral e os exercícios físicos e militares.

<sup>14</sup> Vd. Piel, Joseph M. (org.), *Livro dos Offícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1948, pp. XLVI-XLVII.

<sup>15</sup> Vd. Idem, p. XLIV.

<sup>16</sup> Vd. Idem, pp. XLI-XLII.

<sup>17</sup> Vd. Idem, pp. XLVII-XLVIII; Pinho, Sebastião, “O infante D. Pedro e a “escola” de tradutores da corte de Avis”, *Biblos*, vol. 69, 1993, pp. 144, 149.

<sup>18</sup> A fonte para esta virtude é o *De clementia* de Séneca. É neste livro que aparece a expressão “speculum regis”.

<sup>19</sup> O facto de reservar à palavra *temperantia* o primeiro lugar na oração é significativo.

<sup>20</sup> A actual Cádiz, na Andaluzia, a oeste das Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar).

<sup>21</sup> *Ferunt namque Herculem, qui Gades in Oceano extruxit, in tuo regno stetitisse; ferunt et illum, quem apud Homerum regum rex Agamemnon sapientem et bellorum finitorem appellat, Vlixem, urbem praecipuam*

Portanto, Hércules, o herói da Península, que, segundo as *Etimologias* (13,15,5) de Isidoro de Sevilha e a historiografia peninsular<sup>22</sup>, se apoderou do reino de Gérion<sup>23</sup> e se tornou o novo senhor da Hespéria (mudando-lhe o nome para Hispânia) é apresentado como modelo de *fortitudo* e *magnus animus* (magnanimidade). O rei, para caminhar na *dignitas* régia, deverá seguir o carácter virtuoso, a *fortitudo* e o *magnus animus*, e não o Hércules vicioso (*non uoluntatis Herculis ... sequi exempla*), também um antimitelo: os seus vícios e a sua loucura, pois este herói é uma figura ambígua feita de virtudes e de vícios, “Hércules na encruzilhada da virtude e do vício”.<sup>24</sup> De facto, na tradição clássica e cristã (p. ex. em Tertuliano, Agostinho e Lactâncio)<sup>25</sup> ele incarna a *fortitudo*, mas nem sempre é modelo de *uirtus*.

Ulisses, rei de Ítaca e herói epónimo da cidade de Lisboa, *Vlixbona*, que segundo a mitologia por aqui teria estanciado pouco depois da Guerra de Tróia, é apresentado, a partir da obra de Homero, *Iliada* e *Odisseia*, que o autor possuía em versão latina e grega, como modelo de rei sábio (*sapiens*, epíteto geral), prudente,<sup>26</sup> valente (aqui qualificado com um epíteto específico: *bellorum finitor*, ‘o que põe termo a batalhas’). O rei deve seguir a sua prudência e não os encantos (*blanditias*) de Circe<sup>27</sup> (aqui apresentada como antimitelo), a feiticeira da ilha de Eeia, que transformou os companheiros de Ulisses em porcos. Porém, no que diz respeito à figura de Ulisses, o orador, para seu próprio interesse (*utilitas causae*), põe em destaque qualidades pelas quais este herói é pouco conhecido: a mansidão (*mansuetudo*), afabilidade (*mansuetudo*), docilidade (*dulcedo*), liberalidade (*comitis*) e clemência (*clementia*), pois é a este estado de espírito que pretende conduzir o rei.

Portanto, a lei inata do reino de Portugal é a *fortitudo* inaugurada por Hércules e a *prudentia* e *clementia* trazidas por Ulisses. Essa lei foi agora quebrada pelo rei ao não saber gerir o conflito com seu tio e sogro, ao não lhe conceder sepultura condigna no mosteiro da Batalha e ao privar do sustento os primos e cunhados.

4.2. A afabilidade de Ulisses e a lei inata do reino fundada na clemência lembra ao orador um rei bíblico que é um paradigma para os reis e modelo de mansidão, que deverá ser imitado: David. Foi pela mansidão que David caiu nas graças de Deus e foi elevado de simples pastor a rei de Israel. Pelo contrário, Saul (aqui um antimitelo), depois que foi rei, tornou-se mau e soberbo, e a sua aspereza e crueldade — adverte o orador — precipitaram-no do topo do poder. Só a imitação da mansidão do primeiro é adequada à dignidade régia

---

*regni Portugalensis Vlixbonam stabiliuisse. Itaque alter in tuo regno fortitudinis et magni animi semina iecit, alter prudentiae et mansuetudinis impressa uestigia imitanda tibi reliquit.*

<sup>22</sup> Nas crónicas peninsulares tem um tratamento muito desenvolvido na obra de Dom Rodrigo Ximénez de Rada, arcebispo de Toledo, *Historia de rebus Hispanie siue Historia gothica* (cura studio Juan Fernández Valverde, Turnhout, 1987) e menos na *Crónica geral de Hespanha*. Vd. Nascimento, Aires A., “O mito de Hércules: Etimologia e recuperação do tema antigo na historiografia medieval hispânica”, *Humanitas*, XLVII, tomo II, 1995, pp. 671-684.

<sup>23</sup> O roubo do gado de Gérion é um dos Trabalhos de Hércules.

<sup>24</sup> Alegoria de Pródico de Ceos (séc. V a.C.) com este título.

Num acesso de loucura, matou sua mulher Mégara e filhos. Desejando a purificação, consultou o Oráculo de Delfos, o qual lhe indicou que executasse os Trabalhos impostos por Euristeu.

<sup>25</sup> Nascimento, Aires A., *Ibidem*, p. 683.

<sup>26</sup> Em Homero a sua *prudentia* chega a ser comparada com a de Zeus.

<sup>27</sup> Ulisses e Circe: TUBACH, n.º 5018.

e grata a Deus. A imitação do segundo, que o rei parece querer inadvertidamente seguir, conduzirá à sua ruína.

A oposição entre a queda de Saul, rei soberbo, e a elevação de David, seu humilde substituto, é assunto do Antigo Testamento, livros 1 *Samuel* 16; 2 *Samuel* e 1 *Reis* 2; é também tema recorrente nos regimentos de príncipes<sup>28</sup> e nas colecções de exemplos medievais (Tubach, n.º 1455).

4.3. A falta de *pietas* e de misericórdia para com os filhos de D. Pedro (na altura em fuga do país e esbulhados dos bens) e para com a esposa e filhas (que fugiram de Coimbra e foram acolhidas em casas religiosas) sugere ao orador a apresentação de vários estadistas (*reges*) da República Romana que procederam de modo muito diferente: praticaram actos de misericórdia para com os inimigos e conseguiram desse facto mais glória do que as vitórias militares. Choca o contraste entre o que fizeram os grandes estadistas da Antiguidade a seus inimigos e o que o rei D. Afonso não faz aos familiares próximos. A referência aos termos de parentesco e à proximidade familiar serve para agravar a falta do rei, só comparável à do ímpio. E que o rei não julgue que é leve o crime contra a família, eis por que lhe lembra uma lei de Sólon que diz: “Se alguém desprezar os pais e familiares, seja ignóbil e ignorado”,<sup>29</sup> e evoca as palavras da Escritura: “O que perturbar a sua casa herdará ventos”<sup>30</sup>; e “quem for dos consanguíneos, sobretudo dos mais próximos, não tem cura, é mau e pior do que o infiel”.<sup>31</sup> Eis os exemplos históricos.<sup>32</sup>

Lúcio Paulo [Emílio] (230-160 a.C.), general e cônsul da República Romana, modelo de honestidade, vencedor do rei Perses da Macedónia, tratou com benevolência os gregos e macedónios vencidos, facto que está em flagrante oposição com o comportamento do rei para com os seus concidadãos e familiares.<sup>33</sup>

Pompeio (106-48 a.C.), general e cônsul da República Romana, venceu os reis Tigranes da Arménia e Mitridates do Ponto, mas depois restituiu-lhes a liberdade e bens, o que é múi contrário à atitude do rei D. Afonso.<sup>34</sup>

Marco Marcelo (†208 a.C.), general romano e cônsul. Tomou a belíssima cidade de Siracusa, todavia manifestou o seu valor e clemência ao poupar a florentíssima cidade da destruição. Porém o rei não poupa o seu povo e familiares.<sup>35</sup>

---

Circe era a feiticeira que habitava a ilha de Eeia, onde Ulisses e os seus companheiros aportaram. Metamorfoseou os seus companheiros em porcos, leões, cães, cada um de acordo com as tendências profundas do seu carácter, mantendo eles o aspecto de animais, mas o espírito (*nóos*) humano (*Odisseia*, X, 135-574).

<sup>28</sup> P. ex. Álvaro Pais, *Espelho dos reis*. Estabelecimento do texto e tradução do Dr. Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1955, I vol., pp. 191, 209, 293 e ss.

<sup>29</sup> *Si quis parentes cognatosque neglexerit, is ignobilis et obscurus esto*”.

<sup>30</sup> *Qui conturbat domum suam, inquit Scriptura, possidebit uentos*” (*Provérbios*. 11, 29).

<sup>31</sup> *Qui consanguineorum, inquit Apostolus, maxime propinquorum, curam non habet, malus est et est infideli deterior* (1 *Timóteo* 5, 8).

<sup>32</sup> O autor não diz qual a fonte deles, mas estes exemplos históricos constam da obra de Tito Lívio (*Ab Vrbe condita*) e das *Vidas e Moralia* de Plutarco e ainda da colecção de factos e ditos memoráveis para uso das escolas de retórica de Valério Máximo (*Factorum ac dictorum memorabilium libri IX*) e dos *Specula regum* medievais.

<sup>33</sup> Cf. Tito Lívio 45, 7-8; cf. Valério Máximo 5,1,8.

<sup>34</sup> Cf. Álvaro Pais, I vol. p. 383; cf. Valério Máximo 5,1,9.

<sup>35</sup> Cf. Tito Lívio, 25, 23-31; cf. Valério Máximo 5,1,4; cf. Álvaro Pais, I vol., p. 83.

Catão da Útica (95-46 a.C.), estadista romano, general e filósofo estóico e Gaio César (100-44 a.C.). A *clementia* é uma virtude própria de reis, mas é uma característica distintiva de César que, quando subiu ao poder, não fez proscricções. E sendo inimigo político de Catão da Útica, criou-lhe, após a morte, os filhos e protegeu-lhe os bens. Por isso é que foi grande. Porém o rei procede de modo contrário para com os filhos de seu tio e sogro: não perdoa aos familiares e apropria-se dos seus bens.<sup>36</sup>

Este sentimento de perdão e clemência foi manifestado por outras figuras da Antiguidade e da Bíblia, que são modelos para os reis e que, apesar das ofensas contra si infligidas, concederam o perdão, alcançando disso grande reputação. O rei é convidado a seguir o seu exemplo e arrecadar igual honra e fama: são indistintamente combinados os exemplos clássicos com os bíblicos, pois ambos possuem o mesmo valor retórico e formativo:

Filipe, rei da Macedónia: os seus conselheiros instigavam-no a ser severo com os atenienses vencidos, mas ele respondeu que não procederá com violência, pois ambicionava a glória. Pelo contrário, o rei é severo para com os familiares e cidadãos. Exemplo tirado dos *Moralia* (178a) de Plutarco.

Cipião [Africano] (235-183 a. C.), general e cônsul da República Romana, vangloriava-se de que, de entre todas as experiências, lhe restavam maiores recordações da clemência (atributo de reis) e da benignidade do que dos feitos da guerra. Em oposição, o rei e conselheiros vangloriam-se da morte e punição severa de familiares e cidadãos. Fonte: Tito Lívio, *Da fundação da cidade*, 37,6.

Moisés, profeta bíblico e guia dos Hebreus desde o Egito até à Terra Prometida, teve de suportar no deserto as murmurações, os queixumes e as infidelidades do povo para com a Aliança. Todavia intercedeu e reparou as ofensas do povo. Pelo contrário, o rei tem prazer na perseguição dos seus. Fonte: *Números* 11, 1-15; cf. *Êxodo* 15-17.

José, patriarca bíblico, foi, por inveja dos irmãos, vendido para o Egito. Todavia reconciliou-se com eles e, na necessidade, favoreceu toda a família com benesses. Pelo contrário, o rei nem se reconcilia com os seus, nem os favorece. Fonte: *Gênesis* 30, 2-24; cf. *Gênesis* 37; 45-47.4.4.

4.4. A pena da interdição da sepultura aplicada a D. Pedro (já que foi soterrado em humilde sepultura na igreja de Alverca e não no mausoléu familiar erigido por D. João I no mosteiro da Batalha) é motivo para o autor apresentar ao rei mais modelos clássicos e bíblicos, indistintamente combinados, que em iguais circunstâncias preferiram conceder honras fúnebres a seus inimigos e, por isso, arrecadaram para a posteridade grande louvor. A ação do rei, que é familiar próximo, é mui contrária à destes reis modelos. São eles:

Alexandre da Macedónia (356-323 a. C.), rei da Macedónia, venceu em combate Dario, rei da Pérsia, chorou-o morto e levou-o a enterrar com um pomposíssimo funeral.

David, rei bíblico, embora Saul o perseguisse e, para o matar, tivesse colocado todo o empenho da sua inteligência, todavia chorou-o quando estava morto e ordenou que fosse sepultado na tumba dos antepassados. Exemplo tirado do *Iº Samuel* 19-31; *IIº Reis* 1; é tema dos *Specula Regum* medievais (p. ex. Álvaro Pais, vol. I, p. 81) e até do *Decreto* de Graciano.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Cf. Álvaro Pais, I vol. p. 383; cf. Valério Máximo, V, 1, 10.

<sup>37</sup> David pranteou e vingou a morte de Saul, seu inimigo: Causa II, questão VII, § *De his*, onde diz *Item*; no livro *De poenitentia*, distinção II, § *Opponitur*, onde diz *Nunquid etiam David*.

Cipião Africano, general e estadista da República romana, não hesitou em celebrar as exéquias de Hanão, general cartaginês, acérrimo inimigo.

Aníbal (247-182 a. C.), general cartaginês, procurou nos campos de Canas o corpo de Emílio Paulo que tinha sido morto na batalha e, quando o encontrou, procedeu de modo que este general não ficasse sem sepultura.<sup>38</sup>

Tobias, patriarca bíblico, concedeu sepultura aos judeus mortos por ordem de Senaquerib, apesar da proibição real, merecendo por isso a graça de Deus. Exemplo tirado de livro de *Tobias*.

Júlio César (100-44 a. C.) chorou Pompeio morto e obteve disso mais glória do que da vitória militar.

4.5. Os tratados de Retórica recomendam que a argumentação deve terminar por um argumento forte, que impressione o auditório e faça aderir à causa defendida. É isso o que o orador faz com a apresentação de um rei nacional, cujo valor ascende ao nível dos melhores estadistas da Antiguidade clássica e cuja memória ainda está bem viva: D. João I, avô do rei, conquistador de Ceuta e responsável pelo engrandecimento e prosperidade do reino. Foi ele que aumentou o reino em campos, cidades e glória, diz o orador. Porém, a glória alcançada por ele (pela qual são famosos os Portugueses), parece agora desmoronar-se. Com a ímpia morte de seu filho e expulsão dos netos, há um retrocesso na história nacional e parecem ter sido inúteis as vitórias do grande D. João e os grandes perigos corridos. O rei não deve destruir aquilo que foi conseguido pelos anteriores reis com tanto esforço. A grandeza da figura de D. João é do conhecimento do orador e da corte da Borgonha através dos relatos de D. Isabel. Diz o orador:

Foi para isto, digam-me, ilustres eminências, que o rei D. João tantas vezes esmagou os comandantes mouros? Foi para isto que ele defendeu, venceu, o seu reino contra o poder de Castela? Foi para isto que ele subjugou ao seu reino de Portugal a fortaleza inexpugnável de Ceuta; que aprisionou, por afinidade com este seu reino, fortíssimos reis e ilustríssimos soberanos do mundo, para ver o corpo do seu caríssimo filho, não só profanado por mão humana, como também trespassado pelo atroz dardo e insepulto e por cujo valor, armas e felicidade sois vós famosos e poderosos, e continuais a perseguir os netos dele?

Em síntese:

Com o propósito de persuadir o rei D. Afonso V a mudar de política em relação a D. Pedro, filhos e partidários e ser solícito à petição dos duques da Borgonha; mas também com o propósito de ensinar o jovem rei no difícil ofício da realeza, o orador apresenta na argumentação da 1ª oração um conjunto de exemplos a seguir, de modelos de comportamento e de virtude, tomados da Bíblia, da historiografia, do género biográfico e da literatura clássica (obras que se encontravam da sua biblioteca), conhecidos pela sua clemência e piedade, estados de espírito que o orador quer influir no auditório. São persuasivos, pois são figuras prestigiadas: heróis, reis, generais e estadistas, patriarcas do Antigo Testamento que possuíam um elevado valor retórico e formativo. E, de acordo com os preceitos da retórica clássica e medieval, os modelos de reis são apresentados em grande número e combinados os clássicos com os bíblicos, indistintamente, pois ambos possuem o mesmo

<sup>38</sup> Cf. Valério Máximo, V, 1, 6 (ex. estrangeiros)



valor retórico. De igual forma, como sugerem os tratados de retórica, a argumentação é adaptada ao auditório, pois todos os modelos são bem conhecidos dos conselheiros, mas também do jovem rei que recebeu uma esmerada educação. Foi pena que não tivesse escutado com atenção as suas palavras.

## BIBLIOGRAFIA

- Álvaro Pais, *Espelho dos reis*. Estabelecimento do texto e tradução do Dr. Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1955, I vol.
- Berlioz, J. & J.-M. David, “Rhétorique et histoire: L'exemplum et le modèle de comportement dans le discours antique et médiéval”, *Mélanges de l'École française de Rome: Moyen âge, temps modernes*, vol. 92, 1980, pp. 1-179.
- Bremond, C. et al., *L'“exemplum”*, Tournhout, Brepols, 1982 (Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental, n° 40).
- Curtius, E. Robert, *Literatura Europea y Edad Media Latina*, México, Madrid, Buenos Aires, F.C.E., 1981, 2 vols.
- Faral, Edmond, *Les arts poétiques du XII.<sup>e</sup> et du XIII.<sup>e</sup> siècle*, Paris, Champion, 1971.
- Garavelli, Bice Mortara, *Manuale di retorica*, Milão, Bompiani, 2000.
- Lausberg, Heinrich, *Manual de retórica literaria. Fundamentos de una ciencia de la literatura*, Madrid, Editorial Gredos, 1994, 3 vols.
- Martin, Josef, *Antike Rhetorik. Technik und methode*, Munique, 1974.
- Morais, Ana Paiva, “Alguns aspectos da retórica do exemplo: lógica do modelo e hipóteses da ficção no *exemplum* medieval”, in Ribeiro, Cristina Almeida & Margarida Madureira (org.), *O género do texto medieval*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 227-237.
- Nascimento, Aires A., “O mito de Hércules: Etimologia e recuperação do tema antigo na historiografia medieval hispânica”, *Humanitas*, XLVII, tomo II, 1995, pp. 671-684.
- Perelman, C. & L. Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação. A nova retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- Piel, Joseph M. (org.), *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1948.
- Pinho, Sebastião, “O infante D. Pedro e a “escola” de tradutores da corte de Avis”, *Biblos*, vol. 69, 1993, pp. 129-153.
- Pujante, David, *Manual de retórica*, Madrid, Editorial Castalia, 2003.
- Quintiliano, *Institution oratoire*, Paris, Les Belles Lettres, 1975.
- Rodrigues, Manuel dos Santos, *Poetria Nova de Geoffroi de Vinsauf*, Lisboa, INIC, 1990.
- Soares, Nair de Nazaré Castro, *O príncipe ideal no séc. XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Livraria Almedina, 1989.
- Tubach, Frederic C., *Index Exemplorum. A handbook of medieval religious tales*, Helsínquia, Academia Scientiarum Fennica, 1969.
- Viterbo, F.M.Sousa, “A cultura intelectual de D. Afonso V”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. 2, 1904, pp. 254-268.